

Policiais civis seguem parados

Dênio Simões/Esp. CB/D.A Press - 31/10/11

» ROBERTA MACHADO

Até que seja encerrada a greve dos policiais civis, a dificuldade para registrar uma ocorrência nas delegacias do Distrito Federal permanece. O Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF) garante que 70% dos agentes estão trabalhando, mas apenas flagrantes e crimes que representem risco à vida, como homicídios e sequestros relâmpagos, estão sendo oficializados.

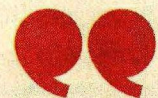
O advogado Nilson Guimarães, 65 anos, morador do Guará, foi roubado dentro de casa na última terça-feira, mas o caso não está sendo investigado. Segundo Nilson, um homem invadiu a garagem quando ele estacionava o carro da namorada por volta das 22h30. O bandido apontou uma arma para a cabeça dele e levou o veículo. "Na delegacia, eles informaram que não fariam nada se não houvesse homicídio", reclamou o advogado.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, considerou ilegal a paralisação na última segunda-feira. O movimento, porém, foi mantido e completa hoje 35 dias (veja quadro). O descumprimento da decisão acarreta multa diária de R\$ 50 mil, mas, até que o sindicato seja oficialmente notificado, a paralisação continua imune à determinação.

Até a noite de ontem, apenas o Ministério Público do DF e Territórios e o Tribunal de Justiça do DF e Territórios haviam recebido a comunicação do Supremo. "A categoria achou que é preciso ficar até o fim, brigar até



Há 35 dias, a PCDF decidiu interromper o atendimento à população: apenas casos graves, como homicídios e sequestros relâmpagos, são registrados



A categoria achou que é preciso ficar até o fim, brigar até o último minuto"

Ciro de Freitas,
presidente do Sinpol-DF

o último minuto", afirmou o presidente do Sinpol-DF, **Ciro de Freitas**. Segundo ele, os policiais ainda devem realizar uma nova assembleia antes de decretar o encerramento da greve. Freitas garante, no entanto, que, tão logo a entidade seja notificada, entrará com recurso para pedir que o colegiado do STF analise a questão.

Segundo o Ministério Público, o TJDF está encarregado de informar o sindicato sobre a ilegalidade da greve. "Temos a

obrigação pedir o cumprimento da sentença a partir do momento que os policiais não tenham mais o respaldo jurídico", explicou o promotor Antônio Luiz de Alencastro, assessor de recursos constitucionais do MPDFT.

À reportagem, o delegado Onofre de Moraes, diretor-geral da Polícia Civil, afirmou, na terça-feira, que "quem não trabalhar terá o ponto cortado a partir do momento em que for notificado". Ontem, porém, a Polícia Civil re-

meio de nota, que "serão adotadas todas as providências legais cabíveis" apenas depois da comunicação oficial da Justiça. A instituição ainda afirmou que a punição ao policial flagrado ontem pelo **Correio** chutando um carro durante a assembleia está a cargo da Corregedoria-Geral, que "irá apurar com rigor a conduta dos policiais que praticaram condutas incompatíveis com a função pública, adotando as medidas adminis-

» Linha do tempo

18 de outubro

» Os policiais civis dão início ao movimento grevista com a primeira paralisação de 72 horas. A partir do dia 21, outras duas interrupções semelhantes são marcadas. Somente no dia 27.

24 de outubro

» O Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ajuíza ação civil em que pede a ilegalidade do movimento.

27 de outubro

» Em assembleia na Praça do Buriti, é decretada, oficialmente, greve por tempo indeterminado. O Sindicato dos Policiais Civil do Distrito Federal (Sinpol-DF) é notificado da decisão da 8ª Vara Civil de Brasília, que define a volta imediata dos agentes ao trabalho. Além disso, a Justiça fixa multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

4 de novembro

» A decisão de primeira instância é reformada pelo TJDF, que defere, em parte, pedido do Sinpol-DF e determina a manutenção de contingente mínimo de 70% nas delegacias. A multa prevista inicialmente cai para R\$ 50 mil.

21 de novembro

» O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, determina suspensão imediata da greve dos policiais civis do DF. A Corte não acolhe, porém, o pedido do MPDFT de restabelecimento da multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento da decisão.

22 de novembro

» Os agentes desrespeitam a decisão do Supremo ao anunciar a continuidade da greve depois de assembleia, realizada em frente ao Congresso Nacional.